

IMIGRAÇÃO E O IDEAL DEMOCRÁTICO DE UM "DEMOS" INCLUSIVO: OS CONCEITOS DE "ESTRANGERIA", NACIONALIDADE E CIDADANIA ¹

Constança Urbano de Sousa²

Introdução

A imigração é um fenómeno incontornável no mundo globalizado em que vivemos. Os movimentos migratórios devido a factores económicos, sociais ou políticos são, no entanto, uma constante da história da humanidade. Tal como no século XIX, a miséria levou milhões de europeus procurar nas Américas melhores condições de vida, hoje milhares de estrangeiros são compelidos pela miséria e pelos conflitos a procurar a Europa. As razões que levam as pessoas a sair do seu país (emigrar) e a procurar noutro país (imigrar) melhores condições de vida são as mesmas: miséria, violência, intolerância. A diferença reside na dimensão do fenómeno, que no nosso século é potenciada pela globalização, pelo desenvolvimento das vias de comunicação, pelo envelhecimento demográfico dos países europeus e pelo aumento do fosso existente entre os países ricos envelhecidos e os países pobres³.

A imigração é um processo que transforma, de forma irreversível, o paradigma da nossa sociedade. De uma comunidade racial e culturalmente

caótica e desordenada e cujos custos correctores estão ainda por apurar. Pense-se no "Programa Polis" cujas verbas financeiras avultadíssimas se destinam a corrigir erros cometidos no passado, recente e não só, em lugar de os investir na sua efectiva modernização (aparelho produtivo, administrativo, educacional e tecnológico). Importa produzir espaços urbanos com qualidade *ab initio*, sem necessidade de recorrer *a posteriori* a soluções de correcção como que a garantir um "urbanismo mínimo garantido"!

A transformação do território é, hoje mais do que no passado, um acto cívico e sócio-cultural por excelência e, por isso, as decisões que, directa ou indirectamente, (re)afectam o seu valor de uso devem partilhar, cada vez mais, uma legitimidade alargada. Se todos os regimes democráticos reconhecem ao cidadão, em geral, a capacidade política para avaliar e determinar as grandes orientações da política nacional, *por que motivo se pensa que o mesmo cidadão, cidadão agora, não é capaz de decidir sobre questões da sua cidade e do respectivo bairro que o afectam directamente? Poder-se-á ser cidadão e, simultaneamente, ser excluído do exercício de cidadania?*

Há uma conjuntura de "faltas" que não deve ser usada para adiar uma situação que se agrava dia a dia e que se pode tornar ingovernável. A falta de cultura cívica, a falta de vontade política, a falta de quadros técnicos habilitados, a falta de transparência e de responsabilidade pelo cumprimento da lei não devem constituir desculpas para adiar o presente estado de coisas, mas, antes, uma motivação perene para iniciar uma prática urbanística e de ordenamento do território conducentes ao desenvolvimento de "cidades humanizadas" que proporcionem um ambiente humano digno e concretizem uma qualidade de vida urbana digna de uma verdadeira cultura de modernidade avançada.

¹ Com este estudo prestamos humilde homenagem ao saudoso Professor Jorge Tracana de Carvalho, eminente jurista e grande amigo.